

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 499.595 - AL (2019/0078401-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO CAVALCANTI DE ARAUJO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO CAVALCANTI DE ARAUJO - AL011071
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : FABIO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de FABIO DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, proferido no julgamento do HC n. 0806460-12.2018.8.02.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 157, §2º, II, do Código Penal (roubo circunstanciado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 15):

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISUM DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ELEMENTOS FÁTICOS SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS A PARTIR DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REITERAÇÃO DELITIVA QUE EVIDENCIA A NECESSIDADE DO CÁRCERE. INADEQUAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS ALTERNATIVAS. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ANDAMENTO PROCESSUAL PROPORCIONAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1 - Presentes os indícios de autoria e materialidade, evidenciados pelas provas já colhidas nos autos originários, em especial pela confissão do paciente e demais testemunhos colhidos perante a autoridade policial, bem como diante do preenchimento dos requisitos necessário para a decretação da prisão preventiva, devidamente apontados os fatos concretos da ação delituosa que autorizaram o decreto preventivo, não há falar em embasamento abstrato da decisão.

2 - Descabe a substituição da prisão preventiva por medidas menos gravosas, nos termos do art. 319 do CPP, quando estas não são aptas a resguardar a ordem pública diante da reiteração delitiva.

3 - Para a análise de alegado de excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, é necessário aplicar o princípio da

Superior Tribunal de Justiça

proporcionalidade, excluindo-se o critério unicamente aritmético para determinar o termo final da conclusão da fase instrutória, o que impossibilita a concessão da ordem quando constatado que o andamento processual é compatível com a complexidade do caso.

4 – Ordem conhecida e denegada. Decisão Unânime.

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta haver excesso de prazo na formação da culpa.

Destaca, ainda, a ausência dos requisitos previstos para a manutenção da custódia.

Pretende, em sede liminar e no mérito, o relaxamento da prisão ou a concessão de liberdade provisórias ao paciente.

Liminar indeferida às fls. 93/95.

Informações prestadas às fls. 102/103.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 109/120).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com a petição juntada pelo ora impetrante às fls. 129/147, verificou-se que o paciente foi absolvido das imputações que lhe recaíam, com expedição de alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator